

1 **ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE**
2 **INSTRUMENTOS DE GESTÃO - CTINS DO COMITÊ DA BACIA LITORÂNEA**

3 Aos 20 dias de Agosto de 2020, às 09h, por videoconferência; iniciou-se a 21ª
4 Reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão - CTINS, do Comitê
5 da Bacia Litorânea, reunindo os membros ARLINEU RIBAS, coordenador da
6 CTINS, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
7 (ABES/PR); BRUNO TONEL OTSUKA, do Instituto Água e Terra (IAT);
8 MAURÍCIO D'AGOSTINI SILVA, da Central de Água, Esgoto e Serviços
9 Concedidos do Litoral do Paraná (CAGEPAR); FERNANDO RODERJAN, da
10 PARANAGUÁ SANEAMENTO; NEIVA CRISTINA RIBEIRO, da Companhia de
11 Saneamento do Paraná (SANEPAR); PAULO HENRIQUE CARNEIRO
12 MARQUES, da Universidade Federal do Paraná (UFPR/LITORAL); e os
13 convidados; ALEXANDRE EDUARDO BRUNELLI JUCÁ (IAT), FERNANDA
14 NAGAL (IAT), KAROLLYNE TERNOSKI (IAT), TIAGO BACOVIS (IAT); LUCAS
15 DALOTTO, da Companhia Paranaense de Energia (COPEL); ELIANE DE
16 OLIVEIRA (PARANAGUÁ SANEAMENTO) e EDSON SOARES DE
17 MENDONÇA (SAMAE ANTONINA). O coordenador da CTINS, ARLINEU
18 RIBAS, da ABES/PR, deu as boas-vindas a todos e abriu oficialmente a
19 reunião (**item 1**), passando a leitura da ata anterior.

20 O Sr. ARLINEU RIBAS, da ABES/PR, solicitou a dispensa de leitura da ata
21 anterior e sua votação (**item 2**). Todos a aprovaram. Em seguida, o Sr.
22 ARLINEU RIBAS, da ABES/PR, requisitou a leitura da pauta do dia:

- 23 1. *Abertura e aprovação da ata da 20ª CTINS.*
- 24 2. *Situação do Termo de Cooperação Técnica UFPR/LITORAL - IAT.*
- 25 3. *Conteúdo das Moções relativas ao PBHL: 2020 – 2022.*
- 26 4. *Início dos trabalhos sobre a Cobrança por uso de recursos hídricos.*
- 27 5. *Assuntos Gerais*

28 O Sr. FERNANDO RODERJAN, da PARANAGUÁ SANEAMENTO, pediu a
29 palavra e questionou novamente sobre a estrutura organizacional do novo
30 órgão IAT e que como definido em reunião anterior o órgão disponibilizaria tal
31 informação e sobre a situação da *ETE-Samambaia* e das requisições feitas
32 pelo órgão quanto à adequação ao enquadramento aprovado. O Sr. BRUNO
33 TONEL OTSUKA, do Instituto Água e Terra (IAT), sugeriu que se fosse o caso
34 o Comitê ou mesmo a Paranaguá Saneamento se manifestasse sobre o
35 assunto à Diretoria de Outorga e que fosse dado seguimento à pauta (**item 2**).
36 O Sr. BRUNO TONEL OTSUKA, do Instituto Água e Terra (IAT), informou
37 sobre inscrição no edital de recursos de conversão de multas do Fundo
38 Estadual do Meio Ambiente, do projeto proposto pelo membro PAULO
39 HENRIQUE CARNEIRO MARQUES (UFPR/LITORAL) e que o projeto tinha
40 sido classificado com 70 pontos e está no banco de projetos da Diretoria de
41 Patrimônio Natural e aguarda e entrada de recursos para implementação ainda
42 sem previsão. O Sr. FERNANDO RODERJAN, da PARANAGUÁ
43 SANEAMENTO, questionou se haveria uma versão mais atualizada do termo
44 de cooperação apresentado, O Sr. BRUNO TONEL OTSUKA, do Instituto Água
45 e Terra (IAT) informou que poderia disponibilizar o conteúdo submetido ao
46 edital com as alterações propostas. O Sr. FERNANDO RODERJAN, da
47 PARANAGUÁ SANEAMENTO, questionou sobre um item contendo os
48 objetivos do trabalho proposto uma vez que impactariam em portarias de
49 Outorga e enquadramento, o Sr. PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES
50 (UFPR/LITORAL), esclareceu que a versão mais atual continha informações
51 mais detalhadas e após várias considerações dos membros foi sugerido que se
52 registrasse em ata a importância de tal trabalho. O Sr. BRUNO TONEL
53 OTSUKA, do Instituto Água e Terra (IAT) concordou e comentou que o projeto
54 está alinhado com os objetivos do plano e que o desafio seria justamente
55 implementar o projeto de forma a atender as demandas do Comitê quanto ao
56 monitoramento, qualidade e quantidade dos recursos hídricos. O Sr.
57 FERNANDO RODERJAN, da PARANAGUÁ SANEAMENTO, questionou que

58 na proposta não constava o parâmetro DQO para as análises, o Sr. PAULO
59 HENRIQUE CARNEIRO MARQUES (UFPR/LITORAL), comentou que o
60 mesmo poderia ser adicionado uma vez que não tornaria a análise muito mais
61 complexa. Dando sequência à pauta **(item 3)**, foram discutidos quais itens do
62 dos Programas propostos no Plano de Bacia gerariam moções no sentido de
63 seu cumprimento, o conteúdo de tais moções e destinatários. Foram feitas
64 considerações sobre atribuições de monitoramento, o Plano integrado de
65 drenagem, jurisdição dos canais de drenagem, capacidade de execução de
66 suas atribuições pelo Estado e configurações de gestão com agências de bacia
67 contratadas. O Sr. BRUNO TONEL OTSUKA, do Instituto Água e Terra (IAT),
68 informou que o processo de contratação do agente financeiro da cobrança
69 tinha avançado e agora aguardaria autorização do Governador do Estado. O
70 Sr. ARLINEU RIBAS, da ABES/PR, questionou como compatibilizar os valores
71 arrecadados com a cobrança com os custos previstos no Plano de Bacia uma
72 vez que eram muito discrepantes. O Sr. BRUNO TONEL OTSUKA, do Instituto
73 Água e Terra (IAT), esclareceu que os recursos de cobrança deveriam ser
74 utilizados em ações estratégicas que atendam diversos itens do plano e
75 venham a ter maiores retornos a implementação do Plano de Bacia. O Sr.
76 FERNANDO RODERJAN, da PARANAGUÁ SANEAMENTO, questionou sobre
77 o modelo de cobrança aplicado no COALIAR. Devido à grande extensão do
78 assunto e necessidade de continuidade da pauta a Sr. KAROLLYNE
79 TERNOSKI (IAT) deu início **(item 4)** à sua apresentação sobre Cobrança. O Sr.
80 BRUNO TONEL OTSUKA, do Instituto Água e Terra (IAT), comentou que em
81 consulta o FERH no fim de 2019, verificou que a maior parte do recurso
82 disponível era advindo da cobrança do COALIAR, e que há uma discussão
83 sobre entrada de recurso do setor de geração de energia. Houve uma breve
84 discussão sobre os valores de cobrança por setores, isenção dos usuários da
85 agricultura na captação de água e mecanismos de cobrança. Houve uma
86 discussão sobre questões de assoreamento, e lavagem de solo no setor de
87 agricultura e contaminação dos rios por derramamento de substâncias em
88 acidentes nas rodovias e se tais crimes ambientais deveriam ir exclusivamente
89 ao FEMA ou compor também o FERH. O Sr. ARLINEU RIBAS, da ABES/PR,
90 sugeriu que fosse encaminhado a Plenária a requisição de criação de um grupo
91 de trabalho para discussão da implementação da cobrança no Comitê. O Sr.
92 ARLINEU RIBAS, da ABES/PR, continuou a discussão do tema de
93 monitoramento sobre a questão de integração de entidades monitorante. A Sr.
94 ELIANE DE OLIVEIRA (PARANAGUÁ SANEAMENTO), externou que é
95 essencial o alinhamento entre entidades no monitoramento e integração ao
96 sistema de outorgas de acesso à informação. O Sr. BRUNO TONEL OTSUKA,
97 do Instituto Água e Terra (IAT) sugeriu o envio de uma moção do comitê
98 solicitando informações sobre o planejamento e situação do monitoramento no
99 Litoral e no Estado do ponto de vista tecnológico e técnico. O Sr. LUCAS
100 DALSOTTO, da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), externou que
101 acredita que o Estado pode fazer a função de tratamento de dados e
102 disponibilização de informação por meio do SIMEPAR dada sua expertise, e
103 que o maior desafio se daria dentro da equipe de manutenção e coleta. O Sr.
104 BRUNO TONEL OTSUKA, do Instituto Água e Terra (IAT) comentou que dada
105 a natureza de OCIP do SIMEPAR, o órgão teria maior facilidade de contratação
106 de serviços e que seria de grande valia o envolvimento do órgão no quesito de
107 monitoramento. O Sr. PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES
108 (UFPR/LITORAL), levantou a preocupação com a delegação da função de
109 monitoramento a um terceiro, devido à preocupação com a continuidade dos
110 trabalhos uma vez que funcionaria por projetos com duração limitada. A Sra.
111 NEIVA CRISTINA RIBEIRO, da Companhia de Saneamento do Paraná
112 (SANEPAR), comentou que pode trazer informações sobre o convênio
113 SIMEPAR- SANEPAR, ponto levantado pelo Sr. BRUNO TONEL OTSUKA
114 (IAT), para uma próxima oportunidade. Em continuidade, o Sr. ARLINEU

115 RIBAS (ABES/PR), sugeriu retornar ao item 3 da pauta. O Sr. BRUNO TONEL
116 OTSUKA, do Instituto Água e Terra, sugeriu que fosse encaminhada a Moção
117 ao Governo do Estado referente ao Monitoramento dos canais, considerando
118 as discussões já ocorridas na CTINS. Sr. ARLINEU RIBAS (ABES/PR)
119 mencionou que restam as definições sobre os demais Programas e colocou
120 que poderia ser encaminhado ao Instituto Água e Terra o encaminhamento de
121 moção geral para que se providencie a implementação do Plano de Bacias. Sr.
122 BRUNO TONEL OTSUKA sugeriu que os encaminhamentos fossem mais
123 específicos, tais como o definido para o Monitoramento dos Canais. Assim,
124 sugeriu encaminhar para plenária o que já foi discutido e então dar
125 continuidade sequencialmente ao aprofundamento das demais Moções.
126 Discutiu-se acerca da competência pela implementação do Plano de Bacia e o
127 Sr. ARLINEU RIBAS (ABES/PR) manifestou seu entendimento de que
128 competiria ao Estado a responsabilidade pela implementação do Plano. O Sr.
129 BRUNO TONEL OTSUKA, do Instituto Água e Terra (IAT), colocou que
130 entende ser do Comitê de Bacias a competência para a implementação do
131 Plano, conforme legislação e citou. A Sra. NEIVA CRISTINA RIBEIRO
132 (SANEPAR) sugeriu que seja feita a identificação dos responsáveis pelas
133 ações elencadas no Plano e que considera que as Prefeituras também tem
134 responsabilidade no que se refere ao monitoramento dos canais. LUCAS
135 DALSOTTO (COPEL) posicionou-se corroborando com o colocado pela NEIVA,
136 de que no Produto 16 vinculado ao Produto 9 do Plano também há indicação
137 de possíveis fontes de recursos. Assim, acordou-se em realizar, de forma
138 similar ao adotado para o caso do Monitoramento de canais, a definição a
139 quem compete destinar as moções relacionadas aos demais Programas
140 indicados no Plano de Bacias. O Sr. PAULO HENRIQUE CARNEIRO
141 MARQUES (UFPR/LITORAL), sugeriu que fosse elaborada a minuta do termo
142 de convênio para tramitação entre o Estado e a Fundação da UFPR/Litoral.
143 Prosseguindo as discussões, definiu-se pela realização de reunião da CTINS
144 voltada à definição das moções dos Programas estabelecidos no Plano de
145 Bacias. Dessa forma, pré-agendou-se a data de 26 de agosto de 2020 para
146 realização da CTINS com tal finalidade Às 12h30, em não havendo mais
147 contribuições, o Sr. ARLINEU RIBAS, coordenador da CTINS do CBH
148 Litorânea, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião de
149 que se tratou a presente ata.

150

151

152

153 **Arlineu Ribas**

154 Coordenador da CTINS do CBH Litorânea

155